O RETRATO DO CONSELHEIRO 110 ANOS DEPOIS[1]

Angela Gutiérrez

Na página final d'*Os sertões*, Euclides da Cunha narra a exumação e o degolamento do cadáver de Antônio Conselheiro, ocorridos no dia 6 de outubro de 1897, o *day after* da vitória das forças republicanas:

"Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! – faziam-se mister os máximos resguardos para que não se desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos descompostos.

Fotografaram-no depois . E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade; importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto, aquele terribilíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores...

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura..."[2]

Cem e dez anos depois da publicação d'*Os sertões,* livro que perenizou o tema de Canudos e a figura de Antônio Conselheiro na literatura, na cultura e na história brasileiras, persistem o pasmo e a indignação diante deste e de outros episódios - degolas de combatentes conselheiristas, extermínio de prisioneiros civis, comércio e abuso sexual de crianças, prostituição de mulheres e meninas – narrados por Euclides. Como foi possível que a sociedade brasileira considerasse aceitável e, mesmo, imperiosamente inevitável e desejável essa violenta guerra fratricida, que exigiu o deslocamento de milhares de soldados,

1 Conferência pronunciada no dia 27 de novembro de 2007.

2 CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, Campanha de Canudos. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves-INL-MEC,1979.(prefácio de Walnice Nogueira Galvão).

praticamente todo o exército do país, com suas armas mais modernas – canhões Krupp, Canet, Nordenfelt, Whitworth, carabinas e fuzis Comblain, Mannnlicher, Mauser, metralhadoras Nordenfelt...., sem contar punhais, facões e sabres usadas na degola, na gravata vermelha e na eventração de prisioneiros- ao sertão profundo da Bahia para destruir um arraial, exterminar um líder religioso e, encontrando-o morto, exumá-lo, decepando sua cabeça para ser exibida como troféu de vitória?

A 31 de janeiro de 1897, depois da derrota da 2ª expedição militar contra Canudos, Machado de Assis, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* do Rio, indagara sobre questão exatamente contrária, ou seja, por que este homem, Antônio Conselheiro, atraía o amor e a dedicação de tanta gente. São suas palavras: "Se na última batalha é certo haverem morrido novecentos deles e o resto não se despega de tal apóstolo, é que algum vínculo moral e fortíssimo os prende até a morte. Que vínculo é este?".

A busca de resposta às questões suscitadas pelos dois grandes intelectuais brasileiros aponta para outra questão: quem foi este homem que atraía em extremos o temor e o ódio exacerbados, a dedicação e o amor?

Ator principal do drama de Canudos, Antônio Conselheiro poderia dizer como Mário de Andrade: "Sou trezentos!".

. Na imprensa de sua época, ele é o mal e o grotesco absolutos; os vários correspondentes de guerra, de jornais do Rio, de São Paulo e de Salvador, pintam-no e a seus seguidores, chamados de jagunços, como fanáticos, mal-feitores, imundos, piolhentos, bárbaros, embora reconheçam sua bravura na guerra;

. Na literatura popular de seu tempo, é, sobretudo, o salvador:

O Anti-Cristo chegou
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar[3]
Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou
Sant'Antônio Aparecido

3 CUNHA, Euclides. Op.Cit., p.138.

Dos castigos nos livrou![4]

Mas, às vezes, apresenta face amedrontadora, como em exemplo colhido no Rio de Janeiro:

Quem será este selvagem
Este vulgo santarrão
Que encoberto de coragem
Fere luta no sertão.[5]

. Nos informes militares, é um chefe de guerra perigosíssimo, cercado de ex-cangaceiros, apoiado por estrategistas e armamento estrangeiros, capaz de determinar ações bárbaras, como a exposição em árvores dos cadáveres de militares da expedição Moreira César;

. No famoso relatório de Frei João Evangelista de Monte Marciano[6], que esteve em Belo Monte antes da guerra, em 1895, por ordem do arcebispo da Bahia, com a missão de tentar chamar Antônio Conselheiro e "seus infelizes asseclas aos deveres de católicos e cidadãos", apesar de sua perceptível má-vontade contra o beato e os canudenses apresenta um dos melhores testemunhos escritos sobre o Conselheiro. Depois de descrevê-lo fisicamente, de ressaltar sua liderança e as atitudes bélicas dos conselheiristas, as conclusões de seu relatório prefiguram as justificativas das autoridades, da imprensa, da opinião pública no desencadeamento da guerra. São suas palavras: "O desagravo da religião, o bem social e dignidade do poder civil pedem uma providência que restabeleça no povoado dos Canudos o prestígio da lei, as garantias do culto católico e os nossos foros de povo civilizado";

N'*Os sertões*. Antônio Conselheiro é uma figura antitética: o "grande homem pelo avesso", "nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores morais e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados", construído pelas circunstâncias taineanas "race, milieu, moment": a raça mestiça de gente guerreira, os Maciéis; o meio do sertão central do

4 ID.Ib., p.132.

5 .CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*: uma contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA:UFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002. (Edição fac-similada), p.60.

Ceará e, posteriormene, o do sertão central da Bahia – regiões áridas, de caatinga, de secas periódicas, de miséria; o momento: na infância, a época das vendetas de família, depois o terrível tempo da chamada seca grande de 1877, época de fome, de epidemias, de agudização dos problemas do mundo rural nordestino, a mudança da monarquia para a república, a continuação do abandono das populações sertanejas no último quartel do século XIX;

Na ficção, no teatro, na poesia, sua imagem, à época da guerra, correspondia à imagem estratificada pela opinião pública, posteriormente foi mudando conforme foram sendo conhecidos novos ângulos de sua face, a partir de pesquisas desenvolvidas desde meados do século XX, através de fontes orais - as testemunhas da vida no arraial antes e durante a guerra -, por estudiosos como os cearenses Nertan Macedo e Abelardo Montenegro e, na Bahia, Odorico Tavares e José Calasans e, ainda, posteriormente, em 74, com a publicação por Ataliba Nogueira, de manuscritos do próprio Antônio Conselheiro[7]. Em 97, a UFBa publicou fragmentos de outros manuscritos, datados de 1895, contendo prédicas do Conselheiro, cópia de Evangelhos e de outros textos religiosos.

Pois este homem, sobre quem Machado indagava "se escreveu algum livro, [...] se sabe escrever", lembrando que: "Não se lhe conhecem discursos", este homem, sim, escreveu. Os manuscritos de suas prédicas, com data de 1897, publicados em 82, foram recolhidos, no próprio Santuário onde jaziam os restos de Antônio Conselheiro, por João Pondé - acadêmico de Medicina que atuou no front da guerra, era de Itapicuru e, quando criança, teria beijado a mão do Conselheiro, tendo estado presente à exumação do corpo do Conselheiro. Passando às mãos de Afrânio Peixoto, os manuscritos foram por este doados a Euclides da Cunha, após a publicação *d'Os sertões*. Não se sabe se chegaram a ser lidos por Euclides, à época envolvido na preparação ao concurso para o Colégio Pedro II e em problemas de família que o levariam à morte em 1909.

Quem vê os manuscritos, ou seu fac-símile, percebe a letra legível e bem ordenada do autor (e de seu secretário, Leão de Natuba); quem lê suas prédicas, admira-se da coerência de suas idéias, da adequação de sua pregação aos preceitos da igreja católica da época, de

7 NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*: revisão histórica. Aobra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. 2ªed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978(Brasiliana; v. 355)

seus conhecimentos medianos de latim. Enfim se um homem é seu discurso, o Conselheiro é um pregador católico devocional (ressaltemos suas prédicas sobre Maria, Mãe de Deus; sobre os dez mandamentos da lei de Deus, sobre a missa, a cruz, a confissão), com os reprováveis preconceitos de sua época (contra maçons, republicanos e protestantes), cometendo algumas falhas gramaticais; nada que destoe do paradigma de sermão de um pároco de aldeia de sua época. Revela-se monarquista, como grande parte do clero de então, e, em seu único sermão político conhecido, "Sobre a República", aponta seus motivos para não aceitar o regime que substituiu a monarquia no Brasil (ilegitimidade do poder que não vem de Deus, impostos, casamento civil, entre outros). Assim, o Conselheiro não é o pregador apocalíptico e fanático pintado por Euclides e pela imprensa de seu tempo. Aliás, sua retórica é muito menos enfática do que a assustadora pregação dos frades das Missões que assombravam o sertão brasileiro. Estabeleço comparações entre os sermões do Conselheiro e os do clero rural de sua época para ressaltar a consonância entre eles; no entanto, é preciso lembrar que o Conselheiro, autodenominando-se apenas como peregrino, nunca assumiu atividades eclesiais – ministração de sacramentos, celebração de missa -, como o próprio Frei Marciano assevera.

Sabemos hoje, pois, que o homem satanizado que foi apresentado ao país pela imprensa e pelo poder civil, militar e religioso, não corresponde ao homem revelado pelos que o conheceram de perto e por seu próprio discurso. Estaria aí totalmente explicada a violência que suscitou? O homem que, em Belo Monte, abrigava os mal-aventurados, que, antes de estabelecer-se no arraial, fez-se conhecido no sertão como o peregrino construtor de igrejas, capelas, cemitérios, açudes e até vilas, nos moldes do sacerdote cearense Padre Ibiapina, inspirava amor e dedicação e o homem que fanatizava os sertanejos, conforme divulgava a imprensa em concordância com o poder civil e religioso, inspirava ódio, temor e violência.

Não é, porém, tão simples a equação dos fatores que explicam a extrema violência que se desencadeou nos confins da Bahia contra Antônio Conselheiro e os habitantes do arraial de Belo Monte, Canudos. No final do século XIX e início do século XX, época em que se situa a guerra de Canudos e a publicação do livro que a denuncia como crime

da nacionalidade, o tema dominante no mundo ocidental era o da civilização, representada pela ciência e pelo progresso tecnológico. Vivia a elite intelectual, econômica e política do Brasil, país recentemente em regime republicano, sob o signo da esperança no porvir desta civilização e a guerra nos sertões da Bahia foi, então, interpretada como uma irrupção de barbárie dentro da civilização; no final do século XX e início do século XXI, o tema dominante é o da derrocada deste modelo de civilização, entendendo-se, somente agora, que a violência não vem acontecendo apenas como uma irrupção espontânea da barbárie ancestral guardada no íntimo do ser humano, mas acontece, sobretudo, como fruto desta mesma civilização.

No entanto, nos dois momentos, viveu-se e vive-se um conflito semelhante, uma polarização imposta pelos donos do poder: a equivocada luta entre civilização versus barbárie, ontem representada, na história brasileira, pelo episódio de Canudos que seria o conflito entre o litoral civilizado e o sertão bárbaro e , hoje, em caso internacional, no conflito entre Ocidente/Bem e Oriente Médio/ Mal, se utilizarmos a retórica maniqueísta do atual (2007) presidente dos Estados Unidos, George Bush.

Mas, no caso de Canudos, a retórica da salvação da república ameaçada pela horda do Conselheiro, escondia outros temores menos confessáveis e privilégios ameaçados. Porque, além de representar o atraso no século do progresso, Antônio Conselheiro perturbava o ordem:

- perturbava a ordem ao pregar contra a república, seus efeitos e preceitos;
- perturbava a ordem ao tornar real uma utopia do povo: estabelecer uma comunidade possível, sem patrões;
- perturbava a ordem ao atrair os sertanejos para sua "cidade santa" e despovoar as redondezas, deixando as fazendas sem mão-de-obra;
- perturbava a ordem ao receber no arraial, como cidadãos, homens considerados marginais pela sociedade vigente: cangaceiros, quilombolas, índios, negros ex-escravos (os treze de maio), e , até, leprosos;
- perturbava a ordem ao não acatar o poder do estado, representado pelo delegado de polícia, pelo cobrador de impostos, pelo juiz;

- perturbava a ordem ao usar camisolão de brim, barba e cabelos longos, evocando a imagem de outros beatos, mas assumindo funções para além do discurso religioso, como o de construtor de vilas e de contestador das leis da república;
- perturbava a ordem, ao fazer jejuns e ao ter um comportamento casto, servindo de espelho invertido de grande parte do clero da época;
- perturbava a ordem ao criar a Guarda Católica para sua proteção e do arraial;

Enfim, perturbava a ordem.

E não somente a ordem. Sua presença anacrônica, às vésperas do século XX, na era da crença na ciência, quando a jovem república tentava alinhar o país com as nações civilizadas, perturbava o progresso.

Além dos motivos circunstanciais que explicam a perseguição ao Conselheiro e à sua gente, lembremos que a história registra inúmeros exemplos de movimentos religiosos coibidos e destruídos com rigor. No Brasil, os exemplos são fartos: Contestado, Canudos e Caldeirão, entre os mais conhecidos. Mesmo quando confinados em uma aldeia, mesmo quando não praticam crimes ou sacrifícios religiosos, um agrupamento de pessoas em torno a um líder religioso é, quase sempre, percebido pelas autoridades como potencial ameaça a ser exemplarmente destruída.

Na análise posterior dos acontecimentos, o fenômeno de Canudos tem sido classificado, do ponto de vista religioso, como modelo de messianismo[8], de milenarismo[9], de sebastianismo[10]. Eduardo Hoornaert[11] enfatiza a mística como "fulcro" que "exprime a vivência da grande maioria" em Canudos, percebendo a comunidade de Belo Monte, anterior à guerra, como experiência próxima à dos primeiros cristãos.

O vulto que a guerra de Canudos tomou na consciência do país no final do século XIX corresponde, hoje em dia, mutatis mutandis, à dimensão que a chamada guerra contra o terror deflagrada pelos EUA após o atentado terrorista de 11 de setembro atinge em nossa época.

8 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo.* Prefácio de Roger Bastide. 2ª edição rev. e aum. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

9 LEVINE, Robert M. *O sertão prometido*; o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

10 HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

11 HOORNAERT, Eduardo. *Crônicas das Casas de Caridade: fundadas pelo Padre Ibiapina.* Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Perceba-se, porém, a irreconciliável diferença entre os procedimentos dos dois grupos religiosos: enquanto os grupos relacionados a Bin Laden optaram pela ação terrorista, os conselheiristas não atacavam populações civis, não saíam de seu território para atacar o inimigo; ao contrário, sempre apenas defenderam o seu território, a sua Jerusalém.

Na construção da paranóia que se alastrou pelo Brasil do século XIX com relação a Canudos, teve papel relevante a imprensa da época, através, principalmente, da nova instituição dos correspondentes de guerra, com apoio logístico da moderníssima instalação do telégrafo. Acentuando a equivocada tese de que Canudos representava uma tentativa de restauração da monarquia, e recebia apoio de armas e estrategistas vindos de nações estrangeiras em conluio com monarquistas do país, a imprensa transformou o arraial de Belo Monte em reduto bélico que ameaçava a jovem república, alarmando a opinião pública. Da mesma forma, outras secções dos periódicos, como as de humor, contribuíram para disseminar imagens negativas e grotescas do Conselheiro e de sua gente. Articulistas e editorialistas, por seu lado, salientavam a insanidade do Conselheiro, a sua monomania religiosa. Esta tese seria, posteriormente, endossada por Euclides em *Os sertões*, (a sua famosa frase: "foi para a história como poderia ter ido para o hospício" é emblemática do endosso) e explicada por Nina Rodrigues em artigo publicado em 1897, "A loucura epidêmica de Canudos": uma loucura coletiva que teria contagiado os sertanejos a partir de seu líder.

Circunstâncias políticas, como a doença do presidente da República, Prudente de Moraes, que, licenciado, foi substituído pelo baiano Manoel Vitoriano, colaboraram para que questões da política do estado da Bahia (a luta entre vianismo e gonçalvismo, a forte crise que vivia o Governo Luís Viana, com ocorrência de desordens, assassinatos e saques na zona rural, as indisposições entre o General Sólon, aliás sogro de Euclides e o governador, a respeito das primeiras intervenções militares) viessem a transformar-se em novos ingredientes no caldeirão efervescente contra o arraial.

Posteriormente, outras questões militares, como a repercussão do malogro das três primeiras expedições, especialmente da terceira, comandada pelo "herói" da Revolta da Armada (tomada da Ilha do Governador) e da Revolução Federalista (Santa Catarina) o Treme-Ter-

ra, o Corta-cabeças, coronel Moreira César, extremaram os ânimos do Exército brasileiro e dos florianistas civis contra os chamados fanáticos de Antônio Conselheiro.

Assim, um complexo de fatores explica a desmedida e cruel repressão que os poderes públicos impuseram ao arraial de Canudos, determinando sua completa destruição, tudo isso com respaldo de autoridades religiosas, políticas, econômicas e com apoio da chamada opinião pública.

Após o extermínio, algumas vozes se alçaram: a dos estudantes de Direito da Bahia, a de César Zama[12], as do Comitê Patriótico, todas reclamando, principalmente, contra os crimes de guerra. O silêncio de intelectuais brasileiros foi, poucas vezes, cortado. Afonso Arinos, monarquista, opôs-se a esses crimes em artigo de jornal. Rui Barbosa, após o massacre, preparou candente discurso em defesa dos canudenses, mas não o pronunciou. Euclides, o escritor d' *Os sertões*, diferentemente de Euclides, o jornalista que dava entusiastas vivas à república, inicia sua obra anunciando que vai denunciar um crime e a finaliza, com um capítulo de duas linhas, em que cita o especialista inglês em doenças mentais e medicina legal, Henry Maudsley, para salientar a marca de criminosa loucura que caracteriza a guerra de Canudos. Diz ele: "É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades..."[13]

12 WOLSEY. *A Bahia sob o regimen republicano*. Bahia: Typographia, 1900.
13 CUNHA, Euclides da. Op.Cit., p.409.